

Estatutos

Capítulo I

Denominação, sede, ramo do setor cooperativo, objeto e fins.

Artigo 1.º

Denominação e ramo do setor cooperativo

1. A cooperativa tem a denominação ISPA, CRL., adiante designada por cooperativa ISPA.
2. A cooperativa ISPA é uma cooperativa de 1.º grau, classificada como cooperativa de ensino por referência ao ramo do setor cooperativo, e de educação escolar por referência ao seu objeto.

Artigo 2.º


Sede

A cooperativa ISPA tem sede em Lisboa na Rua Jardim do Tabaco, 34.

Artigo 3.º

Objecto, missão e valores

1. A cooperativa ISPA é uma pessoa coletiva autónoma, democraticamente gerida, tendo por objeto principal a instituição de estabelecimentos de ensino superior e de outras entidades que, de forma articulada, cumpram os objetivos próprios do ensino superior e propiciem o desenvolvimento da cooperativa e a satisfação das aspirações e necessidades económicas, sociais e culturais dos seus cooperadores, contribuindo para o seu desenvolvimento pessoal e profissional e para o sucesso do modelo cooperativo.
2. A cooperativa ISPA tem por missão responder aos desafios sociais, culturais, ambientais e económicos da sociedade, contribuindo para a formação de profissionais com competências e conhecimentos de excelência, através do desenvolvimento da investigação, inovação e intervenção social, assente em práticas profissionais, éticas e de qualidade que promovam a cidadania de toda a comunidade "ispiana".
3. Os membros da cooperativa ISPA regem-se pelos valores cooperativos de liberdade, igualdade, honestidade, ajuda mútua, justiça social e solidariedade, assegurando uma gestão democrática através de processos participados e transparentes que promovam a responsabilidade social e ambiental da cooperativa ISPA, bem como a educação e a formação dos seus membros dentro



desses valores, contribuindo para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da cooperativa.

4. A cooperativa ISPA, assegura, nos termos da lei, a gestão administrativa, económica, financeira e patrimonial dos estabelecimentos de que seja instituidora, conferindo-lhes autonomia na gestão dos meios que lhes são afetos no quadro definido pelo orçamento e plano anual de atividades aprovados pela cooperativa.
5. A cooperativa ISPA garante a autonomia científica, pedagógica e cultural dos estabelecimentos de ensino por si instituídos.
6. A cooperativa ISPA, como instituição de utilidade pública sem fins lucrativos, determina a sua atividade em função do interesse público, investindo todos os excedentes líquidos gerados e todos os recursos no desenvolvimento e qualidade das entidades por si instituídas.

Capítulo II

Cooperadores

Artigo 4.º

Condições de admissão

1. Podem ser membros efetivos da cooperativa, os docentes, investigadores e demais trabalhadores com contrato de trabalho por tempo indeterminado e os utentes dos estabelecimentos de ensino diretamente instituídos pela cooperativa que preencham as condições fixadas nos termos da lei e dos regulamentos internos da cooperativa.
2. A conservação da qualidade de membro efetivo da cooperativa está dependente da manutenção de qualquer das qualidades exigidas para a admissão.
3. A qualidade de membro efetivo dos docentes, investigadores e demais trabalhadores cuja prestação de trabalho passe a ser exercida no âmbito de contrato de trabalho com termo certo, por motivos exclusivamente relacionados com situações de reforma ou limite de idade, mantém-se enquanto perdurar o respetivo vínculo laboral.

Artigo 5.º

Membros honorários ou beneméritos

1. Poderão ser admitidos como membros honorários ou beneméritos, por deliberação da assembleia geral, as individualidades nacionais ou estrangeiras que tenham prestado serviços relevantes ao estabelecimento de ensino ou à cooperativa.



2. A proposta da admissão, que deverá ser acompanhada de fundamentação escrita, terá de se apresentada pelo conselho de administração ou por um quarto dos membros efetivos da cooperativa.
3. Os membros honorários ou beneméritos poderão assistir e participar nas assembleias gerais da cooperativa, sem direito a voto.
4. Os membros honorários ou beneméritos podem ser excluídos por deliberação da assembleia geral sob proposta, devidamente fundamentada, do conselho de administração ou de um quarto dos membros efetivos da cooperativa.

Artigo 6.º

Direitos dos cooperadores

Os cooperadores têm direito, nomeadamente a:

- a) Tomar parte na assembleia geral, apresentando propostas e discutindo e votando os pontos constantes da ordem de trabalhos;
- b) Eleger e ser eleitos para os órgãos da cooperativa;
- c) Requerer informações aos órgãos competentes da cooperativa e examinar a escrita e as contas da cooperativa nos períodos e nas condições que forem fixadas pela assembleia geral ou pelo conselho de administração;
- d) Requerer a convocação da assembleia geral nos termos definidos nestes estatutos e na lei;
- e) Apresentar a sua demissão.

Artigo 7.º

Deveres dos cooperadores

Os cooperadores devem respeitar os princípios cooperativos, as leis, os estatutos da cooperativa e os respetivos regulamentos internos, sendo ainda seu dever:

- a) Tomar parte nas assembleias gerais;
- b) Aceitar e exercer os cargos sociais para os quais tenham sido eleitos, salvo motivo justificado de escusa;
- c) Participar, em geral, nas atividades da cooperativa e prestar o trabalho ou serviço que lhes competir;
- d) Efetuar os pagamentos previstos na lei, nestes estatutos e nos regulamentos internos.

Artigo 8.º

Processo de admissão

1. Com exceção dos cooperadores beneméritos ou honorários, a admissão de novos cooperadores compete ao conselho de administração, o qual deve deliberar por unanimidade sobre a aceitação do pedido, com parecer favorável fundamentado por referência ao disposto no número 3 do presente artigo.
2. O candidato a cooperador apresenta o seu pedido de admissão em requerimento dirigido ao conselho de administração, subscrito por dez cooperadores, acompanhado de uma carta de intenções e, caso seja utente, de *curriculum vitae* do interessado.
3. Na sua deliberação, o conselho de administração toma em consideração:
 - a) O perfil e a motivação do candidato;
 - b) Grau de adesão demonstrado aos princípios fundamentais informadores de atuação da cooperativa ISPA;
4. Das deliberações do conselho de administração cabe recurso para a assembleia geral, a interpor no prazo de oito dias a partir do conhecimento da deliberação.

Artigo 9.º

Perda de qualidade de cooperador

1. A perda das condições de admissão exigidas no artigo 4º destes estatutos implica a perda de qualidade de membro da cooperativa.
2. Nas condições referidas no nº 1 do presente artigo, o conselho de administração notificará o cooperador por carta registada com aviso de receção, a fim deste poder, no prazo de oito dias, suscitar qualquer oposição devidamente fundamentada.
3. Sendo recebida oposição, o conselho de administração submeterá o caso à decisão da assembleia geral, com observância dos termos previstos no artigo 37º do código cooperativo.
4. A submissão do caso à decisão da assembleia geral nos termos do número anterior tem efeito suspensivo sobre a decisão de exclusão do cooperador.
5. Os cooperadores podem, ainda, ser excluídos por deliberação da assembleia geral nos termos do artigo 37º do código cooperativo.



Capítulo III

Capital social, valor dos títulos de capital, capital mínimo a subscrever e sua forma de realização, jóia.

Artigo 10.º

Capital social e valor dos títulos de capital

O capital social é variável, tendo como valor mínimo 7.500€ e sendo representado por títulos nominativos de 5 € cada.

Artigo 11.º

Capital mínimo a subscrever e forma de realização

1. Os cooperadores admitidos nos termos dos artigos anteriores subscrevem, no ato de admissão, o mínimo de 300 títulos representativos do capital social da cooperativa, com o valor nominal de € 5,00 cada, no montante total de € 1.500,00.
2. A subscrição dos títulos representativos do capital social da cooperativa é realizada em dinheiro, devendo o cooperador optar, no ato de admissão, em formulário a preencher para o efeito, pela realização integral ou faseada da subscrição mínima.
3. No caso da realização faseada, com o ato de admissão é efetuado o pagamento de € 150,00, correspondente a 10% do valor da subscrição mínima, devendo o remanescente ser realizado no prazo máximo de 5 anos, sem prejuízo de, a todo o tempo, poder ser efetuado o seu pagamento integral.
4. Ao cooperador que se demitir, ou ao cooperador excluído nos termos do presente regulamento, será restituído o montante dos títulos de capital efetivamente subscritos, de acordo com o respetivo valor nominal.

Artigo 12.º

Jóia

1. Aos membros admitidos na cooperativa será exigida a realização de uma jóia no montante de 1/100 do capital social reportado ao último balanço aprovado, não podendo, contudo, esse montante ser inferior a 1.000€.
2. Com o ato de admissão do cooperador é realizado 100% do valor da jóia.

Capítulo IV

Órgãos da Cooperativa

Artigo 13.º

Órgãos

São órgãos da cooperativa a assembleia geral, o conselho de administração e o conselho fiscal.

Artigo 14.º

Eleição dos membros dos órgãos sociais

1. Os membros dos órgãos sociais são eleitos de entre os cooperadores por um período de quatro anos.
2. Os cooperadores só poderão exercer dois mandatos consecutivos enquanto membros efetivos do conselho de administração.
3. Em caso de demissão ou destituição dos presidentes dos órgãos sociais, ou de qualquer outro membro, não se verificando, neste caso, a possibilidade da sua substituição por um suplente, deverá ser eleito de entre os cooperadores novo membro para o exercício de funções até ao termo do mandato em curso.
4. O exercício de funções nos termos do número anterior não releva para efeitos do disposto no número 2 do presente artigo.
5. Durante o exercício dos respetivos mandatos, aos cooperadores eleitos para o conselho de administração é vedado o exercício das funções de reitor ou vice-reitor dos estabelecimentos de ensino instituídos pela cooperativa ISPA.

Artigo 15.º

Assembleia geral

1. A assembleia geral é o órgão supremo da cooperativa, sendo as suas deliberações, tomadas nos termos legais e estatutários, obrigatórias para os restantes órgãos da cooperativa e para todos os seus membros.
2. Participam na assembleia geral todos os cooperadores no pleno gozo dos seus direitos.
3. A assembleia geral ordinária reunirá obrigatoriamente duas vezes em cada ano, uma até 31 de Março, para apreciação e votação das matérias referidas nas alíneas c) e d) do ponto 6 do presente artigo, e outra, até 31 de dezembro, para apreciação das matérias referidas na alínea e) do mesmo ponto 6 do presente artigo.

4. A assembleia geral extraordinária reunirá quando convocada pelo presidente da mesa da assembleia geral, por sua iniciativa, a pedido do conselho de administração ou do conselho fiscal ou a requerimento de, pelo menos, 20% dos membros da cooperativa.
5. A assembleia geral será convocada com uma antecedência mínima de 15 dias por meio de via postal registada ou por correio eletrónico com recibo de leitura ou entregue pessoalmente por protocolo, devendo a convocatória ser afixada na sede e estabelecimentos da cooperativa.
6. É da competência exclusiva da assembleia geral:
 - a) Eleger e destituir os membros dos órgãos da cooperativa;
 - b) Eleger e destituir o revisor oficial de contas;
 - c) Apreciar e votar anualmente o relatório de gestão e as contas do exercício, bem como o parecer do conselho fiscal;
 - d) Apreciar a certificação legal das contas;
 - e) Apreciar e votar o orçamento e o plano de atividades para o exercício seguinte;
 - f) Alterar os estatutos, bem como aprovar e alterar os regulamentos internos;
 - g) Deliberar sobre a exclusão de cooperadores e sobre a perda de mandatos dos órgãos sociais e ainda funcionar como instância de recurso, quer quanto à admissão e recusa de novos membros, quer em relação às sanções aplicadas pelo conselho de administração;
 - h) Fixar a remuneração dos membros dos órgãos sociais;
 - i) Determinar o modo de formação, aplicação e liquidação das reservas constituídas;
 - j) Aprovar os estatutos dos estabelecimentos de ensino e das demais entidades por si instituídas no quadro do "objecto, missão e valores" da cooperativa ISPA.
 - k) Deliberar sobre aplicações financeiras que pela sua natureza não se verifiquem adstritas às competências do conselho de administração e sobre a aquisição, alienação ou hipoteca de imóveis.

Artigo 16.º

Mesa da assembleia geral

1. A mesa da assembleia geral é constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário.
2. Ao presidente incumbe:
 - a) Convocar a assembleia geral e verificar o quórum;

- b) Presidir à assembleia geral e dirigir os trabalhos;
- c) Verificar as condições de elegibilidade dos candidatos aos órgãos da cooperativa;
- d) Conferir posse aos cooperadores eleitos para os órgãos da cooperativa.

Artigo 17.º

Conselho de administração

1. O conselho de administração é composto por um presidente e dois vogais.
2. O conselho de administração é ainda composto por dois suplentes que substituem temporária ou permanentemente os vogais nas suas faltas e impedimentos, ou em caso de demissão.
3. O conselho de administração é o órgão de administração e representação da cooperativa, incumbindo-lhe designadamente:
 - a) Elaborar anualmente e submeter ao parecer do conselho fiscal e à apreciação e aprovação da assembleia geral o relatório de gestão e as contas do exercício, bem como o plano de atividades o orçamento da cooperativa para o ano seguinte;
 - b) Executar o plano de atividades anual e o orçamento referidos na alínea anterior;
 - c) Aprovar o plano de atividades e o orçamento elaborados pelo órgão de direção dos estabelecimentos de ensino e das demais entidades por si instituídas;
 - d) Atender às solicitações do conselho fiscal e do revisor oficial de contas ou da sociedade de revisores oficiais de contas nas matérias da competência destes;
 - e) Contratar docentes, investigadores e pessoal técnico, dos estabelecimentos de ensino e das demais entidades por si instituídas, nos termos da Lei e dos estatutos;
 - f) Contratar e gerir o pessoal necessário às atividades da cooperativa e praticar, em geral, os demais atos de gestão corrente da cooperativa;
 - g) Realizar aplicações financeiras sob a forma de depósitos bancários;
 - h) Fixar o montante das propinas e demais encargos devidos pelos estudantes pela frequência dos ciclos de estudos ministrados e demais utentes, sob proposta do órgão de direção do respetivo estabelecimento de ensino;
 - i) Representar a cooperativa em juízo e fora dele;
 - j) Requerer a acreditação e registo dos ciclos de estudos, sob proposta do órgão de direção do respetivo estabelecimento de ensino;

- k) Designar e destituir o órgão de direção dos estabelecimentos de ensino e das demais entidades por si instituídas, ouvida a assembleia geral da cooperativa;
- l) Submeter os estatutos dos estabelecimentos de ensino e as suas alterações a apreciação e registo pelo ministro da tutela;
- m) Velar pelo respeito da lei, dos estatutos, dos regulamentos internos e das deliberações dos órgãos da cooperativa.

Artigo 18.º

Conselho fiscal

1. O conselho fiscal é composto por um presidente e dois vogais.
2. O conselho fiscal é ainda composto por dois suplentes que substituem temporária ou permanentemente qualquer um dos vogais nas suas faltas e impedimentos, ou em caso de demissão.
3. O conselho fiscal é assessorado por um revisor oficial de contas ou por uma sociedade de revisores oficiais de contas;
4. O conselho fiscal é o órgão de controlo e fiscalização da cooperativa, incumbindo-lhe designadamente:
 - a) Examinar, sempre que o julgue conveniente, a escrita e toda a documentação da cooperativa;
 - b) Verificar, quando o entenda como necessário, o saldo de caixa e a existência de títulos e valores de qualquer espécie, o que fará constar das respetivas atas;
 - c) Elaborar relatório sobre a ação fiscalizadora exercida durante o ano e emitir parecer sobre o relatório de gestão e as contas do exercício, o plano de atividades e o orçamento para o ano seguinte, em face do parecer do revisor oficial de contas;
 - d) Verificar o cumprimento dos estatutos e da lei.

Capítulo V

Política de distribuição de excedentes

Artigo 19.º

Distribuição de excedentes

Os excedentes anuais líquidos destinam-se integralmente às reservas, não havendo lugar à sua distribuição pelos cooperadores, nem à remuneração dos títulos de capital.

18/12/2017

Emílio José Flores Gomes